



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2021

Proposta de Aditamento

Título I

Disposições gerais

Capítulo III

Disposições relativas à administração pública

Secção II

Disposições relativas à administração pública

Artigo 36.º A

Contratação de trabalhadores para a Direção Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura

No ano de 2021, o Governo procede à abertura dos procedimentos de recrutamento necessários à contratação de 250 trabalhadores para a Direção Geral do Património Cultural e para as Direções Regionais de Cultura a partir das necessidades e prioridades de recrutamento existentes.

Assembleia da República, 13 de novembro de 2020

Os Deputados,

Ana Mesquita, Duarte Alves, João Oliveira, António Filipe, Paula Santos, Alma Rivera,  
Bruno Dias, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa, João Dias



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Nota Justificativa:

A carência dramática de trabalhadores na área do Património Cultural e dos Museus, Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos (MPMSA) tem vindo a ser denunciada em muitas e variadas ocasiões pelos trabalhadores, pelos sindicatos e também pelos diretores dos MPMSA.

Com as fusões operadas por programas como o PRACE e o PREMAC, os constrangimentos à contratação seguidos por sucessivos governos e com a elevada média etária do quadro de pessoal, havendo uma percentagem muito elevada de trabalhadores à porta da idade de aposentação, a situação tornou-se particularmente preocupante.

Se pouco ou nada for feito no imediato, o serviço público inestimável que é prestado por estas entidades será severamente comprometido. A passagem de testemunho, de cultura de organização, de saber fazer são aspetos que se estão a perder e que podem mesmo assumir uma dimensão de irreversibilidade.

A verdade é que faltam Vigilantes Rececionistas, Conservadores-Restauradores, Arqueólogos, Arqueólogos Subaquáticos, Técnicos de Informática, Técnicos de Fotografia, pessoal da área administrativa e financeira, pessoal dos serviços educativos, enfim, de tudo um pouco.

Na proposta do Orçamento do Estado para 2021, o Governo aponta um muito questionável caminho de colocação de doutorandos e investigadores doutorados a suprir necessidades permanentes para os museus. O PCP considera que não é essa a solução para o problema atualmente vivido na DGPC e nas DRC.

Considerando a diminuição do número de trabalhadores operada pelas fusões e pela quase inexistente entrada de trabalhadores ao longo dos anos, bem como tendo em conta a quantidade de trabalhadores que no final de 2018 se encontravam já em idade próxima da aposentação, e ainda a necessidade de existência de um tempo mínimo para a forçosa transmissão de conhecimentos, o PCP apresenta uma proposta para contratação de um número mínimo de 250 para esta área no ano de 2021.